**DECRETO N.º 025/2021**

**“DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES ECONÔMICAS PASSÍVEIS DE FUNCIONAMENTO NO MUNICÍPIO DE MOEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O Prefeito Municipal de Moema/MG, no uso de suas atribuições, em especial o inciso IX do artigo 89 da Lei Orgânica Municipal, e Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

**CONSIDERANDO** a Decretação, pelo Estado de Minas Gerais, Decreto n.º 113, de 12 de marco de 2020, que declarou Situação de Emergência em Saúde Pública no Estado em prazo de surto de doença respiratória;

**CONSIDERANDO** que o êxito na prevenção e controle do Novo Coronavírus depende do envolvimento dos serviços de saúde e da sociedade em geral.

# 

# DECRETA:

**CAPÍTULO I**

**DAS PROIBIÇÕES E DETERMINAÇÕES DE FECHAMENTO E SUSPENSÃO**

**Art. 1º -** Fica determinado o fechamento, por tempo indeterminado, das seguintes atividades:

I – ensino curricular presencial (escolas municipais, estaduais e particulares, creches públicas ou privadas, universidade);

II – clubes sociais e recreativos, bem como todas as suas dependências, incluindo piscinas, saunas, bares internos, quadras esportivas, salões sociais, entre outros, salvo os serviços administrativos internos que não demandem atendimento ao público;

III – salões de festas;

IV – lojas de aluguel de objetos pessoais e domésticos;

V – atividades de recreação e lazer;

VI – atividades de sauna e banhos;

VII – bibliotecas, arquivos e museus.

**Art. 2º -** Fica determinada a suspensão das seguintes atividades:

I – eventos sociais e de lazer que geram aglomeração de pessoas;

II – visitas de familiares, estagiários e religiosos aos pacientes no Hospital de Moema, exceto se, de natureza comprovadamente assistencial, com autorização do Corpo Técnico, e com as medidas cautelares determinadas pela administração do órgão;

III – visitas de familiares, amigos e religiosos a idosos recolhidos em Instituições de Longa Permanência de Idosos, exceto nos casos essenciais à preservação da saúde e do bem-estar da pessoa institucionalizada, sempre com as cautelas impostas e observadas pela direção.

**Art. 3º -** Fica proibido o consumo de bebida alcoólica em quaisquer estabelecimentos privados autorizados a funcionar na forma deste Decreto, bem como em quaisquer áreas públicas do Município .

# CAPÍTULO II

**DAS DETERMINAÇÕES ESPECIAIS DE FUNCIONAMENTO**

**TÍTULO I**

**DOS COMÉRCIOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, AMBULANTES E FEIRAS LIVRES**

**Art. 4º -** O funcionamento dos restaurantes, lanchonetes, pizzarias, padarias, sorveterias, açaiterias, bares e comércios de gêneros alimentícios deverão observar as seguintes medidas de segurança:

I – proibida a venda de bebida alcoólica para consumo no estabelecimento;

II – proibido o serviço de self-service, degustação de alimentos e de rodízio de alimentos;

III – garantir espaçamento mínimo de 02 (dois) metros de distância entre atendente e cliente ou cliente e cliente, inclusive com demarcações;

IV – garantir a ocupação de 01 (uma) pessoa por 4 m2 (quatro metros quadrados);

V – controlar a entrada de pessoas no estabelecimento, por senhas, com o objetivo de não ultrapassar a ocupação máxima estabelecida;

VI – disponibilizar frasco com álcool em gel a 70% (setenta por cento) na entrada do estabelecimento e em todas as mesas;

VII – higienizar mesas, cadeiras, cardápios e demais utensílios utilizados ao final de cada refeição;

VIII – higienizar frequentemente banheiros, balcões e locais de circulação de pessoas;

IX – proibido música ao vivo, DJ, som mecânico ou qualquer tipo de entretenimento;

X – fica recomendado o uso barreira física ou *face shield* para os caixas e demais atendentes;

XI – uso de máscaras para os profissionais, funcionários e clientes, exceto durante a refeição;

XII – os estabelecimentos deverão fornecer copos descartáveis aos clientes e funcionários;

XIII – é de responsabilidade do comerciante garantir o cumprimento das regras de proteção em toda estrutura ofertada por ele;

XIV – manter o local arejado, com janelas e portas abertas;

XV – evitar o uso de ares-condicionados e ventiladores;

XVI – fica recomendado a utilização de medidor de temperatura para controlar a entrada de clientes, não autorizando a entrada de pessoas com temperatura de 37,5ºC.

1. I – afixar cartaz com as orientações para uso de máscara e com preenchimento do quantitativo de pessoas permitido no estabelecimento.

**Art. 5º -** Só será permitido o funcionamento de comércio ambulante que tiver registro em Cadastro Municipal.

**Parágrafo único**. É condição de funcionamento o cumprimento das regras de proteção estabelecidas neste Decreto Municipal.

**Art. 6º -** A realização das feiras livres deverão observar as seguintes medidas de segurança:

I – manter a distância mínima de 03 (três) metros entre as barracas;

II – proibido serviço self-service;

III – proibido atividades de entretenimento, recreativas, música ao vivo e som mecânico;

IV – proibida a venda de bebida alcoólica.

# TÍTULO II

**DAS ATIVIDADES FÍSICAS E DESPORTIVAS**

**Art. 7º -** O funcionamento das atividades físicas e desportivas, incluindo academias, está condicionado ao cumprimento das seguintes medidas de segurança:

I – limitar 01 (um) usuário a cada 10 m² (dez metros quadrados);

II – obrigatoriedade de horário agendado;

III – ao longo do dia, o estabelecimento deverá ser fechado para limpeza completa a cada 2 (duas) horas de funcionamento;

IV – disponibilizar profissionais para higienizarem os equipamentos após cada utilização pelos usuários;

V – checar a temperatura dos frequentadores antes de adentrar nas academias ou espaço de treinamento, não autorizando a entrada de pessoas, tanto atletas quanto colaboradores, com temperatura de 37,5º C ou mais nos locais de treino, sendo que a diretriz também abarca os acompanhantes, mesmo com temperatura inferior;

VI – garantir a distância mínima de 02 (dois) metros entre os usuários dos equipamentos;

VII – garantir a distância mínima de 03 (três) metros para equipamentos aeróbicos e exercícios aeróbicos;

VIII – todos os atletas, praticantes e demais presentes aos locais de atividades devem usar máscara, retirando apenas quando estiver efetivamente treinando;

IX – não usar biometria, cancelas ou catracas que obriguem o uso das mãos para permissão de entrada;

X – higienizar objetos e equipamentos entre as utilizações de pessoas distintas;

XI – os dispensadores de água que exigem aproximação da boca para ingestão (bebedouros), devem ser lacrados, permitindo-se o funcionamento apenas do dispensador de água para copos descartáveis ou itens de uso pessoal;

XII – não permitir torcidas e aglomerações.

**Parágrafo único.** As distâncias mencionadas nos incisos VI e VII poderão ser reduzidas se houver proteção acrílica entre os equipamentos ou se houver rodízio entre os equipamentos (não utilização simultânea), com higiene entre as utilizações.

# TÍTULO III

**DAS ATIVIDADES RELIGIOSAS**

**Art. 8º -** Fica autorizada a abertura de Igrejas, Templos e Centros Espíritas para visitação e celebrações religiosas presenciais.

§ 1º - É condição para a realização das atividades autorizadas no *caput* deste artigo:

I – respeitar rigorosamente a distância mínima de 02 (dois) metros de um fiel para o outro, usando demarcações;

II – obrigatório o uso de máscaras para os fiéis, celebrantes e funcionários, ou seja, todos que estiverem na instituição religiosa;

III – obrigatório disponibilizar álcool 70% (setenta por cento) ou água e sabão para higienização das mãos na entrada e saída;

IV – obrigatório a higienização dos assentos, mobiliários, instrumentos e piso, com álcool 70% (setenta por cento), água e sabão ou água clorada, após cada celebração;

V – controlar o fluxo de pessoas para entrada, inclusive as filas, com distância mínima de 02 (dois) metros e marcação visível no espaço;

VI – respeitar o limite de 01 (uma) pessoa a cada 04 m2 (quatro metros quadrados);

VII – o local deverá estar arejado, com janelas e portas abertas;

VIII– evitar o uso de ares-condicionados e ventiladores;

IX – afixar cartaz, com as orientações para uso de máscara e com preenchimento do quantitativo de pessoas permitido nas Instituições Religiosas.

§ 2º - Fica vedada a realização de práticas que envolvam contato físico, como aperto de mão, abraços e outros.

# TÍTULO IV

**DAS DETERMINAÇÕES GERAIS DE DISTANCIAMENTO E MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO**

**Art. 9º -** No caso das atividades econômicas em que o funcionamento está autorizado, no que couber a cada atividade, deverão ser observadas as seguintes medidas de segurança:

I – uso de máscaras ou cobertura sobre o nariz e a boca para funcionários, clientes e proprietários;

II – respeitar o limite de 01 (uma) pessoa para cada 10 m2 (dez metros quadrados), no setor de serviços e comércios de qualquer natureza, salvo nos casos previstos no art. 4º;

III – nos estabelecimentos que possuem menos de 10 m2 (dez metros quadrados), o atendimento deverá ser individualizado, salvo nos casos previstos no art. 4º;

IV – controlar a entrada de pessoas no estabelecimento, com o objetivo de não ultrapassar a ocupação máxima estabelecida;

V – fica recomendado a utilização de medidor de temperatura para controlar a entrada de clientes, não autorizando a entrada de pessoas com temperatura de 37,5ºC, salvo nos casos em que a utilização deste for obrigatória.

VI – manter rigorosamente a distância mínima de 02 (dois) metros entre as pessoas, sinalizando as áreas de circulação interna;

VII – o acesso ao estabelecimento do lado de fora também deverá ser controlado, evitando aglomeração e demarcando a distância de 02 (dois) metros paras as filas;

VIII – manter equipe de apoio na entrada e saída do estabelecimento, de forma a orientar os clientes, bem como equipe no interior da loja para monitorar a situação das filas;

IX – disponibilizar lavatório com dispensador de sabonete líquido e papel toalha ou dispensador com álcool gel a 70% (setenta por cento), para uso dos clientes, funcionários e entregadores, na entrada do estabelecimento e ainda em pontos estratégicos;

X – manter o local arejado, com janelas e portas abertas;

XI – evitar o uso de ares-condicionados e ventiladores;

XII – os dispensadores de água que exigem aproximação da boca para ingestão (bebedouros), devem ser lacrados, permitindo-se o funcionamento apenas do dispensador de água para copos descartáveis ou itens de uso pessoal;

XIII – não é permitida a prova de roupas no estabelecimento;

XIV – realizar a higienização dos pisos, depósitos, áreas de circulação, estoques, balcões, sanitários, maçanetas, torneiras, corrimões, interruptores, botões de elevadores, pisos, ralos, paredes e todas as superfícies metálicas constantemente com desinfetantes a base de cloro para piso e álcool a 70% (setenta por cento) para as demais superfícies, no mínimo, 02 (duas) vezes ao dia, ou conforme necessidade, utilizando os produtos apropriados e EPIs;

XV – realizar a higienização obrigatória antes e após uso, de qualquer objeto ou espaço utilizado por 02 (duas) pessoas diferentes, como carrinhos de supermercado, cestinhas, máquinas de cartão de crédito, computadores, teclados, terminais de consulta, mostruário, cadeiras, balcões, equipamentos, máquinas de cartão de crédito, etc;

XVI – proteger todas as máquinas de pagamento com plástico transparente para serem higienizadas com álcool a 70% (setenta por cento) após cada uso;

XVII – os elevadores devem operar com 1/3 (um terço) de sua capacidade oficial;

XVIII – caso os empregados façam refeições nos locais de trabalho, o empregador garantirá o fornecimento de água e sabão ou álcool 70% (setenta por cento), para que o empregado possa usar antes das refeições;

XIX – durante as refeições, os empregados guardarão distância mínima de 02 (dois) metros um do outro, ou se alternarão em turnos;

XX – afixar cartaz, com as orientações para uso de máscara e com preenchimento do quantitativo de pessoas permitido no estabelecimento.

# CAPÍTULO III

**DAS PENALIDADES E DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 10 -** Em caso de recusa no cumprimento das determinações contidas neste Decreto, fica autorizado, desde já, aos órgãos competentes, com o objetivo de atender o interesse público e evitar o perigo e risco coletivo, adotarem todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, estando sujeito, a quem lhe der causa, às infrações previstas no art. 10, inciso VII, da Lei Federal n.º 6.437/77; art. 268 e 330 do Código Penal; art. 13 do Decreto Municipal n.º 8.504/20; e as previstas na Lei Complementar Municipal n.º 49/19, além da suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento.

**Art. 11 -** Os fiscais municipais e as demais autoridades com poder de polícia poderão conceder prazo determinado em horas para que qualquer atividade proibida ou restrita seja paralisada de forma organizada, minimizando os prejuízos para a economia.

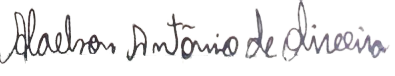
§ 1º - A concessão do prazo é precária e poderá ser revista a qualquer momento em defesa dos interesses da coletividade.

§ 2º - O empreendedor favorecido com a concessão obriga-se a aplicar a seus empregados as regras gerais de segurança definidas neste Decreto, acrescidas daquelas determinadas pela autoridade.

**Art. 12 -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 13 -** Revogam-se as disposições em contrário.

Moema/MG, 12 de janeiro de 2021.



*Alaelson Antônio de Oliveira*

# *Prefeito Municipal*